

O que nos reserva o futuro próximo: talvez um choque cambial

Tomás Szmrecsányi (*)

O ano de 1988 foi recebido com fogos de artifício em todo o Brasil, não tanto pelo que se espera dele como pelas dificuldades que caracterizaram o ano anterior — seja no plano político, seja no âmbito econômico.

Ficando neste último, verifica-se desde logo a existência do que comemorar: 1987 foi o ano em que o País teve a maior inflação de todos os tempos, de quase 366%; foi também o ano em que se iniciou e se encerrou a nossa pífia moratória externa, com um acréscimo de US\$ 3 bilhões à nossa dívida e com a manutenção do pagamento de juros escorchantes; foi finalmente o ano em que se ampliou consideravelmente a fuga de capitais para o exterior, com o nível de ingressos do estrangeiro estimado em apenas um oitavo do nível das saídas, cujo saldo líquido superou a cifra de US\$ 1 bilhão. Ao mesmo tempo, a questão da dívida interna e do déficit do Tesouro permaneceu virtualmente inalterada, enquanto os investimentos públicos e privados praticamente cessaram, quando não se tornaram negativos. Em outras palavras, com exceção dos especuladores e de alguns aproveitadores das benesses do governo, todos ficamos mais pobres no ano recém-terminado.

Mas o que passou não tem remédio; cabe agora voltar nossas vistas para o futuro. Mantidas as tendências em curso, ele pouco ou nada nos promete de bom. Se a inflação de 1988 for a mesma que a de 1987 — uma previsão otimista —, teremos neste ano bissexto uma desvalorização interna da nossa moeda de 1% ao dia. Ou seja, nossos cem cruzados de hoje nada mais valerão daqui a cem dias.

É interessante observar que esse ritmo de desvalorização interna não tem sido acompanhado pela mudança das taxas de câmbio, cujas elevações diárias

têm flutuado entre 0,5 e 0,75%. Em parte, isso se deve à desvalorização e à instabilidade do dólar no mercado internacional. Não obstante, trata-se de uma discrepância cumulativa, capaz de provocar, mais cedo ou mais tarde, uma máxi ou pelo menos uma mididesvalorização externa do cruzado.

O choque cambial poderá ser um caminho escolhido pelas nossas atuais autoridades econômicas, como tentativa de colocar a casa em ordem. Esse choque teria maior credibilidade e eficiência do que o choque de preços, principalmente do modo pelo qual este foi dado, sem medidas complementares e compensatórias, quer pelo Plano Cruzado, quer pelo Plano Bresser.

Além disso, ele suscitaria menos resistências do que uma intervenção governamental no âmbito da

taxa de juros e da deflação financeira da dívida interna. Teria também a vantagem de não mexer em certos subsídios, que são sustentados por poderosos lobbies dentro e fora da máquina estatal, podendo vir até a reforçar a existência dos mesmos. Afinal, essa vem sendo há muitas décadas a maneira mais fácil de socializar prejuízos e de privatizar benefícios. Nada haveria de mais atraente para os empresários e governantes que propugnam pela transformação do País numa gigantesca (mas simples) plataforma de exportações.

As exportações, na verdade, terão de continuar aumentando ou pelo menos mantendo-se substancialmente acima do nível das importações. Com a retomada de nossos pagamentos da dívida externa e mantendo-se o atual ritmo da fuga de capitais, a saída

líquida de recursos para o exterior deverá superar a casa dos US\$ 10 bilhões no ano em curso.

Alguns luminares do atual governo acenam com a perspectiva da volta do Brasil ao mercado financeiro internacional, mediante a tomada de novos empréstimos para amortização dos anteriores — algo que na prática já ocorreu. Outros dizem que a saída está na chamada "securitização" da dívida — isto é, na sua conversão em capital de risco, uma iniciativa tendente a acelerar ainda mais a desnacionalização da economia brasileira.

Por incrível que pareça, uma das únicas colocações de bom senso a esse respeito veio de onde menos se esperaria, da parte de um banqueiro. Há exatamente um mês, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, presidente do Conselho de Adminis-

tração do Banco Mercantil de São Paulo, fez questão de assinalar que a solução dos problemas de nossa economia passa não pela volta, mas pela saída (temporária) do mercado financeiro internacional. Numa entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, ele frisou textualmente que "o Brasil não deve pagar mais dinheiro externo emprestado". Para Vidigal, o que precisamos fazer é "reconhecer que temos uma dívida, começar a pagá-la quando for possível, e não mais aceitar um dólar emprestado porque, com US\$ 10 bilhões de superávit comercial, temos condições de crescer" (os grifos são meus).

Essas declarações foram feitas antes da suspensão da moratória, que era vista com naturalidade por ele. A moratória, segundo Vidigal, não foi uma opção porque realmente não tinha-

mos como pagar. "Mas foi graças à moratória — disse ele — que continuamos vivendo relativamente bem até agora." Quanto às possibilidades de pagar, no ritmo desejado pelos credores, tudo indica que a situação voltou ao que era antes. A suspensão pura e simples da moratória deverá reconduzir o País à estagnação e ao desemprego do início da década.

A mudança de rumos é a única saída da crise. Essa mudança, contudo, envolve transformações estruturais, que, por sua vez, têm custos sociais e políticos, e não apenas benefícios. Custos que precisam ser enfrentados com coragem e discernimento. Trata-se, porém, de qualidades que parecem estar escasseando entre nossos homens públicos.

(*) Professor do Instituto de Geociências da Unicamp.